



COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO - CESEP

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

1 – PREÂMBULO

1.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, através da COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO - CESEP, com sede na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, torna público, para o conhecimento dos interessados que o (a) Pregoeiro (a) e a respectiva Equipe de Apoio, realizará licitação na modalidade de **Pregão Presencial para Registro de Preços**, do tipo **Menor Preço por Item**, devidamente autorizada pelo Coordenador Especial de Segurança Pública e Transito - CESEP, na forma do disposto no processo administrativo nº 5649/19, que será regida pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 2425, de 13 de março de 2018, e pelo Decreto Municipal nº 1882, de 06 de maio de 2014, e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 – A sessão pública para o credenciamento dos representantes das empresas e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste edital, serão efetuados no local, data e horário seguintes:

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ.

Data: 08 de outubro de 2019.

Horário: 09:00 horas.





P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica AB Fls 172

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente Licitação na modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 171/2019, foi autorizada no processo nº 5649/2019, pela Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito - CESEP, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisição de uniformes e acessórios para atender aos 135 Guardas Municipais e Ambientais, conforme especificações e quantidades relacionadas no Anexo II (Descrição de compra).

2.2 – A COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nem nas quantidades indicadas no ANEXO II (Descrição de Compra), podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - A despesa com o objeto desta licitação poderá ser atendida pela:

Funcional Programática 18.001.001.06.122.0029 Despesa Econômica 3390.30 NR 055.

Funcional Programática 18.001.001.06.122.0029 Despesa Econômica 4490.52 NR 063.

3.2 - A despesa com o objeto desta licitação é estimada no valor total máximo de R\$ 310.085,85 (Trezentos e dez mil oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

3.3 – O valor estimado constitui-se mera estimativa, não se obrigando a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO a utilizá-lo integralmente.

3.4 - O valor máximo estimado dos materiais, objeto desta licitação, foi orçado de acordo com o levantamento elaborado pela Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito através de cotação com fornecedores e pesquisa no Banco de Preços.

4 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O registro de preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços nas condições previstas neste edital.



P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica AD Fls 173

5 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

5.1- Durante a sua vigência, os preços registrados somente poderão ser ajustados nas hipóteses elencadas nos artigos 17, 18 e 19 do decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, caso em que o órgão gerenciador realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, conforme disposto no artigo 9º, XI do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

5.2 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os materiais serem entregues nos locais estabelecidos neste Edital, sem ônus adicional para a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO.

5.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

6 – PRAZO DA CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 - O prazo de vigência do Registro será de 12 (doze) meses.

6.2 - O prazo para entrega do material será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do empenho, sob pena de serem aplicadas as sanções administrativas previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

7- DOS ANEXOS

7.1 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO I/I – Fotos dos uniformes;

ANEXO II – Descrição de compra;

ANEXO III – Modelo de Credenciamento;

ANEXO IV – Declaração de cumprimento das exigências para habilitação, nos termos do art 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (modelo);



ANEXO V - Declaração relativa ao trabalho de menores, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) (modelo);

ANEXO VI – Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI;

ANEXO VII - Proposta de Preços (download no site <https://www.quissama.rj.gov.br>);

ANEXO VIII – Minuta Ata de Registro de Preços.

8 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, inscritas ou não no Cadastro Geral de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Quissamã, e que atenderem todas as exigências constantes neste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

8.2 – Não poderão participar deste PREGÃO empresas que:

- a) Tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93;
- b) Já incurso na pena do inciso IV, do art.87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- c) Sejam coligadas, controladoras e controladas pertencentes ao mesmo grupo de acionistas ou cotistas, sejam pessoas físicas ou jurídicas;
- d) Em consórcio ou grupo de empresa;
- e) Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art.9º da lei Federal nº 8.666/93.

8.2.1 – A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.



9 - DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1 – Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos providências ou impugnar este edital, desde que encaminhada com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, no horário das 8h às 11h30 e de 13h30 às 17h, de segunda a quinta-feira, e das 8h às 12h, na sexta-feira, exceto feriados.

9.2 - Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre o acolhimento ou não da petição interposta no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da petição.

9.3 – Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de Quissamã o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes de propostas de preços.

9.5 - O Pregoeiro desconsiderará qualquer impugnação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.

10 – DO CREDENCIAMENTO

10.1 – Na data, horário e local indicados neste edital, as empresas interessadas, deverão se credenciar junto ao (a) Pregoeiro (a).

10.2 – Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao (a) Pregoeiro (a), no momento da licitação, **em separado** dos envelopes de documentação e proposta.

10.3 – Os documentos referidos nas alíneas “a” e “b” do subitem 10.4, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, e não serão devolvidos aos licitantes, pois integrarão o processo licitatório. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para não ocorrer atraso na hora do certame.



10.4 - Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente: cópia do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de Sociedade Simples, do ato constitutivo acompanhado da ata de eleição da diretoria, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- b) Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, conforme Termo de Credenciamento (Anexo III), da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos ou desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

10.5 - O representante (legal ou procurador) deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

10.6 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

10.7 - A ausência do credenciamento não constituirá motivo para inabilitação ou desclassificação de proposta do concorrente.

10.8 - O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

10.9 – Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.



11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

11.1- A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste edital, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002.

11.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, obrigatoriamente, Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VI, assinada por representante legal, manifestando essa condição.

11.3 - As referidas declarações deverão ser apresentadas **FORA** dos Envelopes nº 1 e 2.

11.4 - A não apresentação de declaração prevista no subitem 11.1 implica na desclassificação imediata do licitante.

11.5 – A não apresentação de declaração prevista no subitem 11.2, nas condições descritas, implicará o decaimento do direito de reclamar, posteriormente, esse tratamento diferenciado e favorecido neste certame.

11.6 – No dia, hora e local indicados neste edital, cada licitante deverá apresentar ao (a) Pregoeiro (a) os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, conforme item **DA HABILITAÇÃO (item 13.6)**, que deverão ser entregues em envelopes opacos, distintos, devidamente fechados. As partes externas desses envelopes deverão estar identificadas conforme abaixo:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
PREGÃO Nº 171/2019 - Processo nº 5649/2019
ENVELOPE N. 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
PREGÃO Nº 171/2019 - Processo nº 5649/2019
ENVELOPE N. 2 HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:



12 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 – O modelo de Proposta de Preços gerado pelo sistema Supernova está disponível para download no site da PMQ, <https://www.quissama.rj.gov.br>, e deverá ser elaborada pelo licitante e salva em mídia de armazenamento (pen drive) no formato Excel. A mesma deverá ser preenchida e entregue no dia da abertura do certame junto com uma via impressa da proposta gerada, devendo ser datada e assinada. Serão desclassificados os itens que apresentarem preços unitários superiores aos preços máximos de Referência, indicados na Solicitação de Compras.

12.2 - A Proposta de Preços deverá indicar o número do processo e do pregão, razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, os números de telefone para contato e marca dos produtos ofertados.

12.3 – Conter preços unitário e total em algarismos e preço total por extenso, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação e devendo ser computadas todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada, ressalvada a possibilidade de ser mantido o reequilíbrio econômico-financeiro.

12.4 - Conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

12.5 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data para abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado por acordo das partes.

12.6 - Os preços deverão ser apresentados com precisão de duas casas decimais.

12.7 - Todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços estão sendo fornecidas pela administração, de forma que as empresas interessadas tenham completo conhecimento do objeto da licitação.



12.8 – Não serão consideradas propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, além das que contiverem preços vis ou excessivos face aos preços correntes no mercado; igualmente as elaboradas em desacordo com a legislação aplicável.

12.9 - Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

12.10- As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município, em hipótese alguma será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos na licitação ou os seus resultados.

12.11 – Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado e a redução alcança todos os valores apresentados na proposta.

12.12 – Caso os prazos que tratam este item não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos.

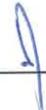
12.13 – Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste edital.

12.14 – Para a verificação de erro de cálculo entre o preço unitário e o total, prevalecerá sempre o primeiro, para efeito de saneamento.

12.15 – A apresentação da Proposta de Preço implicará aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13 – DA HABILITAÇÃO

13.1 - O proponente deverá apresentar dentro do envelope nº 02 todos os documentos exigidos no subitem 13.6 como condição para participar do certame cujo descumprimento resulta automática inabilitação.





13.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de autenticação por servidor, lotado no Departamento de Licitações, sugerimos que a documentação seja encaminhada em até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura, para não ocorrer atraso na hora do certame.

13.3 – Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do (a) Pregoeiro (a).

13.4 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

13.5 - As folhas da documentação deverão estar numeradas em ordem crescente, e não poderão conter rasuras ou entrelinhas e serão rubricadas pelo representante da licitante.

13.6 – A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ CONTER:

13.6.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentação de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Obs.: Os documentos relacionados no subitem “13.6.1” não precisarão constar no Envelope nº 2 – Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste Pregão.

13.6.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.), mediante apresentação da consulta ao site <http://www.receita.fazenda.gov.br>;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, extensiva às contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, podendo ser demonstrada por meio de Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- d) Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro da validade na data da licitação;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, segundo o disposto no art. 642-A, § 2º da CLT; mediante apresentação da consulta ao site <http://www.tst.gov.br/certidao>;
- f) Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.
- g) Fazenda Municipal: apresentação da certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, de todos os Tributos.



13.6.2.1 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTO:

13.6.2.1.1- a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

13.6.2.1.2- havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

13.6.2.1.3 - a falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para assinar a Ata de Registro de Preços, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.6.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidões negativas de falência, concordata ou recuperação judicial, expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica. As licitantes deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou ofícios de registros que controlam a distribuição de falência, concordatas ou recuperação judicial. As certidões negativas de falência e concordata serão válidas pelo prazo de 90 dias, a partir de sua expedição, até sua apresentação na data da licitação.
- b) Não constituirá motivo de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação deste pregão.



11.6.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar atestado (s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame.

13.6.5 – DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o Anexo V deste edital, expressando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

14 – DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 – No dia, hora e local indicados neste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

14.2 – Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão, não sendo mais admitido novos proponentes.

14.3 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar ao (a) Pregoeiro (a) declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV) e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

14.4 - Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas verificando sua conformidade com os requisitos estabelecidos no presente edital e seus anexos, classificando em ordem crescente de valores aquelas que estiverem em conformidade e desclassificando as que estiverem em desacordo com as regras estipuladas no edital, sendo rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a), pela equipe de apoio e, posteriormente pelos representantes das licitantes.



14.5 - Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desenvolvimento e qualidade definidos no edital e em seus anexos. É vedada a aceitação de proposta com preço superior ao fixado no ANEXO II (Descrição de Compra) deste edital.

14.6 - Iniciada a abertura dos envelopes, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

14.7 – No curso da Sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, sucessivos e de valores distintos, até que as empresas licitantes manifestarem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

14.8 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

14.9 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

14.10 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

14.11 – O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

14.12 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

14.13 – Quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de lances verbais, e na manutenção do último preço apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas.



14.14 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital e seus anexos.

14.15 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo (a) Pregoeiro (a), as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

14.16 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo (a) Pregoeiro (a) a conformidade entre a (s) proposta (s) escrita (s) de menor preço e o valor estimado para a contratação.

14.17 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

14.18 – O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com a (s) licitante (s) vencedora (s) para que seja (m) obtido (s) melhor (es) preço (s) aceitável (is), devendo esta (s) negociação (ões) se dar (em) em público e formalizadas (s) em ata.

14.19 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, o (a) Pregoeiro (a) procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital, facultando-lhe o saneamento de falha (s) formal (is) relativa (s) à documentação na própria sessão.

14.19.1 – A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a), anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.19.2 – A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

14.20 – Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o (a) Pregoeiro (a) declarará a (s) licitante (s) vencedora (a), adjudicando a ela (s) o objeto do certame, caso nenhuma licitante manifeste a intenção de recorrer.



14.21 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

14.22 – Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens **14.7** e **14.8** serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais.

14.23 – O (a) Pregoeiro (a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atende às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

14.24 – Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes.

14.25 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

14.25.1 - a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06;

14.25.2 - não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.



15- DOS RECURSOS

15.1 – Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 – Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes referentes a este Pregão deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, no horário das 8h às 11h30 e de 13h30 às 17h, de segunda a quinta-feira, e das 8h às 12h, na sexta-feira, exceto feriados.

15.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 - Uma vez homologado o resultado da licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, que terá vigência até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

16.2 – A COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preços. A convocação far-se-á através de ofício, dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.2.1 - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO.

16.2.2 - Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.



16.2.3 - Nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

16.2.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias após sua emissão, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ** convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

16.2.5 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

16.2.6 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura da Ata, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

16.2.7 - A ata firmada com o licitante fornecedor observará a minuta do Anexo VIII, podendo ser alterada nos termos dos artigos 57, 58 e 65, da Lei n.º 8.666/93.

17 - DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

17.1 - A COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento, quando necessário.

17.2 - O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste edital. Neste caso, a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.



P.M.Q.

Processo n°

5649/19

Rubrica

Fls 189

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couber, as seguintes sanções:

18.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

18.1.2 - multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

18.1.3 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO rescinda, unilateralmente, a Ata de Registro de Preço e aplique as demais sanções legais cabíveis.

18.1.4 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1.5 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.1.6 - A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.



19 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 - Observado o prazo de entrega, horários e local, os materiais serão recebidos definitivamente pela COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO imediatamente após verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no ANEXO II (Descrição da compra) deste edital;

19.2 - O aceite/aprovação dos produtos pela COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO II (Descrição da compra) deste edital;

19.3 – O(s) licitante(s) vencedor(es) terá (ão) que entregar os produtos objeto deste Edital no Almoxarifado da PMQ, localizado à Rua Barão de Monte Cedro, S/Nº – Centro - Quissamã CEP 28.735-000, no horário das 8:00h às 11:30h e de 13:30 às 16:00h, de segunda a quinta-feira, e na sexta-feira de 08:00 às 11:30h, exceto nos feriados do Município de Quissamã, do Estado do Rio de Janeiro e Nacional.

20 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

20.2 - O cancelamento do seu registro poderá ser:

20.2.1 - a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

20.2.2 - por iniciativa da COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO:

20.2.2.1 - quando o fornecedor registrado:

- a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;





- b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) não assinar o contrato ou deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, sem justificativa aceitável;

20.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

20.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

21 - DA REVOCAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pela Administração:

22.1.1 - automaticamente;

22.1.2 - por decurso de prazo de vigência;

22.1.3 - quando não restarem fornecedores registrados.

22.1.4 – pela COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, quando caracterizado o interesse público.

22 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Departamento de Despesas da COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

22.2 – O pagamento será efetuado por empenho ordinário e realizado, sem juros e consectários a partir da entrega integral dos materiais comprados e apresentação de documento fiscal, que deverão ser aceitos pelo órgão contratante.





22.3 - Caso a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.4 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

22.5 – O atraso no pagamento implicará na incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais TR como compensação financeira, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data da entrega apostila pelo protocolo do CESEP no título da cobrança e a data do efetivo pagamento.

22.6 – Os pagamentos efetuados antecipadamente, sofrerão desconto pro rata die, calculados pela variação da TR entre o dia do efetivo pagamento e data inicialmente prevista para pagamento.

§ 1º - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento estabelecidas, bem como, o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido podem ser registrados por simples apostila, dispensado o aditamento.

23- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

23.1 - As informações relativas a este Edital poderão ser esclarecidas junto a Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito, na Rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã – RJ, no horário de 8h às 11h30 e de 13h30 às 17h, ou pelo telefone (22) 2768-9300 ramal 9383 com o Sr. Carlos Augusto, de segunda à quinta-feira no horário de 8h30 às 11h30 e 13h30 às 17h, e sexta-feira de 8h30 às 12h ou com o Departamento de Licitação pelo telefone (22) 2768-9300, ramal 9323, exceto feriados. As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão aquelas de caráter estritamente informal.



23.2 – O edital poderá ser consultado por qualquer interessado na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ, durante o expediente normal do órgão licitante e no site www.quissama.rj.gov.br.

23.3 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.4 - Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação” em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos deste edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

23.5 - Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo (a) Pregoeiro (a) e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder do (a) Pregoeiro (a) e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

23.6 – A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta Licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

23.7 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão de entrega e abertura dos envelopes será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Quissamã.

23.9 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Quissamã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



23.10 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.11 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

23.12 - Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

23.13 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do (a) Pregoeiro (a), devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do contrato ou documento equivalente (nota de empenho) pela (s) licitante (s) vencedora (s). Após o que ficarão por 10 (dez) dias à disposição das licitantes interessadas e, ao final deste prazo, sem que sejam retirados, os mesmos serão destruídos.

23.14 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrada as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela Equipe de Apoio e pelos proponentes presentes.

23.15 – Após a realização deste Pregão, os interessados poderão ter acesso aos autos do respectivo processo administrativo, de acordo com o Decreto Municipal nº 2131/2016 que regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

23.16 - Os casos omissos ou situações não explicadas neste Edital e seus anexos serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a) com base na legislação em vigor.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica AD Fls 195

23.17- Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã(RJ), 25 de setembro de 2019.

Antônio Carlos do Espírito Santo
Antônio Carlos do Espírito Santo
Assistente Executivo



COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Este projeto básico tem por objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de uniformes e acessórios para atender aos 135 Guardas Municipais e Ambientais, refente ao efetivo total de Guardas Civil. A solicitação dos uniformes e acessórios está em consonância com as medidas dos servidores municipais. Esta despesa correrá por conta da Coordenadoria Especial de Segurança Pública, conforme especificações descritas neste Termo de Referência e nas Solicitações de Materiais nº 000866/2019, 001143/2019, 001144/2019 e 001146/2019, agrupadas na Solicitação de Materiais nº 002227/2019 – Registro de Preços.

1.2. Os modelos dos uniformes a serem adquiridos estão no anexo I/I, do Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A necessidade de aquisição dos uniformes destina-se a atender aos Guardas Municipais, que atuam sob a jurisdição da Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito, composta por 105 Guarda Civis Municipais Operacionais, 10 Guardas Municipais Ambientais e 20 Guardas de Trânsito, totalizando assim 135 Guardas Municipais, entretanto, o uniforme oficial da Guarda Civil Municipal deverá ser fornecido para todo o efetivo, com o objetivo de possibilitar que os Guardas Ambientais e de Trânsito possam tirar serviço em caso de eventualidades, suprindo a necessidade da CESEP. Informamos que a última aquisição deste material foi realizada no ano de 2017, processo nº 4.912/2017, Pregão Presencial 046/2017. Entretanto, ressalta-se que no referido processo fora adquirido somente um uniforme por servidor, sem acessórios.

2.2. Por questões operacionais, os Guardas Municipais Ambientais receberão o uniforme padrão, tendo em vista a necessidade do trabalho destes servidores também no setor operacional.





3. CUSTO ESTIMADO

3.1. O custo de cada material foi elaborado mediante uma pesquisa de preço de mercado coletado aleatoriamente em empresas especializadas nestes Materiais, bem como consulta no Banco de Preços. O custo estimado dos materiais é de R\$ 310.085,85 (Trezentos e dez mil, oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) de acordo com o mapa de referência em anexo.

3.2. Informamos ainda que no ato da instauração do referido processo foram feitas pesquisas nas fontes oficiais de acordo com o decreto nº 1.175/2009, no entanto não foi encontrado nenhum dos itens supracitados com as especificações que atendam as nossas necessidades, sendo assim optamos por fazer uma pesquisa no mercado aonde prevalecerá a proposta mais vantajosa para a Administração Pública objetivando assim o princípio da economicidade e o uso adequado e necessário do orçamento anual desta Coordenadoria.

4 – PRAZO

4.1. O prazo para a entrega do material será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do empenho, e o período de validade do preço registrada será de 12 (doze) meses, a partir da data da Ata de Registro de Preços.

4.2. As solicitações de materiais serão elaboradas de acordo com a necessidade da Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito – CESEP.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As notas fiscais/faturas emitidas pela Contratada obedecerão à Lei nº 5.474/68 e a Lei nº 4.320/64, § 2º, III do Art. 63, contendo a descrição de cada material e aceito pela Contratante no período;

5.2. O recebimento da importância relativa aos serviços prestados e aceitos condiciona-se à Comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária relativa à mão de obra empregada, ao FGTS e do ISSQN ao Município de origem;

5.3. A Fiscalização fica assegurada o direito de exigir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais fiscalizar o andamento dos serviços prestados pela contratada durante a sua execução;





P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica
Fls 198

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Entregar os materiais 30 (trinta) dias posteriores à data da solicitação, exceto naqueles casos em que for necessário um prazo superior, em razão da complexidade ou quando estiver em falta no mercado dos materiais necessários as confecções, desde que solicitado pela Solicitação de Materiais;
- 6.2. Deverá esta fazer as entregas respaldadas pelas suas respectivas notas fiscais e acompanhada de um funcionário da Coordenadoria Especial de Segurança Pública para a conferência do material.
- 6.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica compatível com o objeto licitado, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante de período igual ou maior ao período do objeto licitado;
- 6.4. Apresentar no dia do certame modelo dos tecidos que serão fornecidos, ao representante da CESEP, que avaliará a qualidade do material que será fornecido.
- 6.5. Não será permitido a terceirização dos serviços.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. As resultantes da observância da Lei 8.666/93 e disposições complementares;
- 7.2. Estabelecer, em conjunto com a contratada, rotinas para o cumprimento do objeto do contrato, prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela contratada;
- 7.3. Efetuar o pagamento da importância correspondente aos materiais entregues pela contratada, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais /faturas devidamente atestadas pelo almoxarifado e funcionário responsável da Guarda Municipal;
- 7.4. Fazer a conferência de todos os materiais constantes da nota fiscal
- 7.5. Por fim, verificar se os dados da nota fiscal compreendem ao solicitado.





8. LOCAL DA ENTREGA DO MATERIAL

8.1 – O(s) licitante(s) vencedor(es) terá (ão) que entregar os produtos objeto deste Edital no Almoxarifado da PMQ, de acordo com a solicitação realizada previamente, localizado à Rua Barão de Monte Cedro, S/Nº – Centro - Quissamã CEP 28.735-000, no horário das 8:00h às 11:30h e de 13:30 às 16:00h, de segunda a quinta-feira, e na sexta-feira de 08:00 às 11:30h, exceto nos feriados do Município de Quissamã, do Estado do Rio de Janeiro e Nacional.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado de acordo com o solicitado previamente, após a entrega do material e apresentação das notas fiscais /faturas, no período vigente da Ata, podendo ocorrer de forma integral e/ou parcial, conforme necessidade da CESEP

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas provenientes da presente solicitação serão cobertos com recursos da seguinte dotação orçamentária:

10.1.1 Elemento de despesa: **3.3.90.30 e 4.4.90.52**

10.1.2 Funcional programática: **18.001.001.06.122.0029**

10.1.3 Ficha: **55 e 63**

11. EMPENHO

11.1. O empenho será ORDINÁRIO.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

Processo nº

P.M.Q.

5649/19

Rubrica

(Signature)

Fls 200

COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO I/I

(Fotos dos Uniformes)

P.M.Q.

Processo nº 5649/19

Rubrica

[Signature]

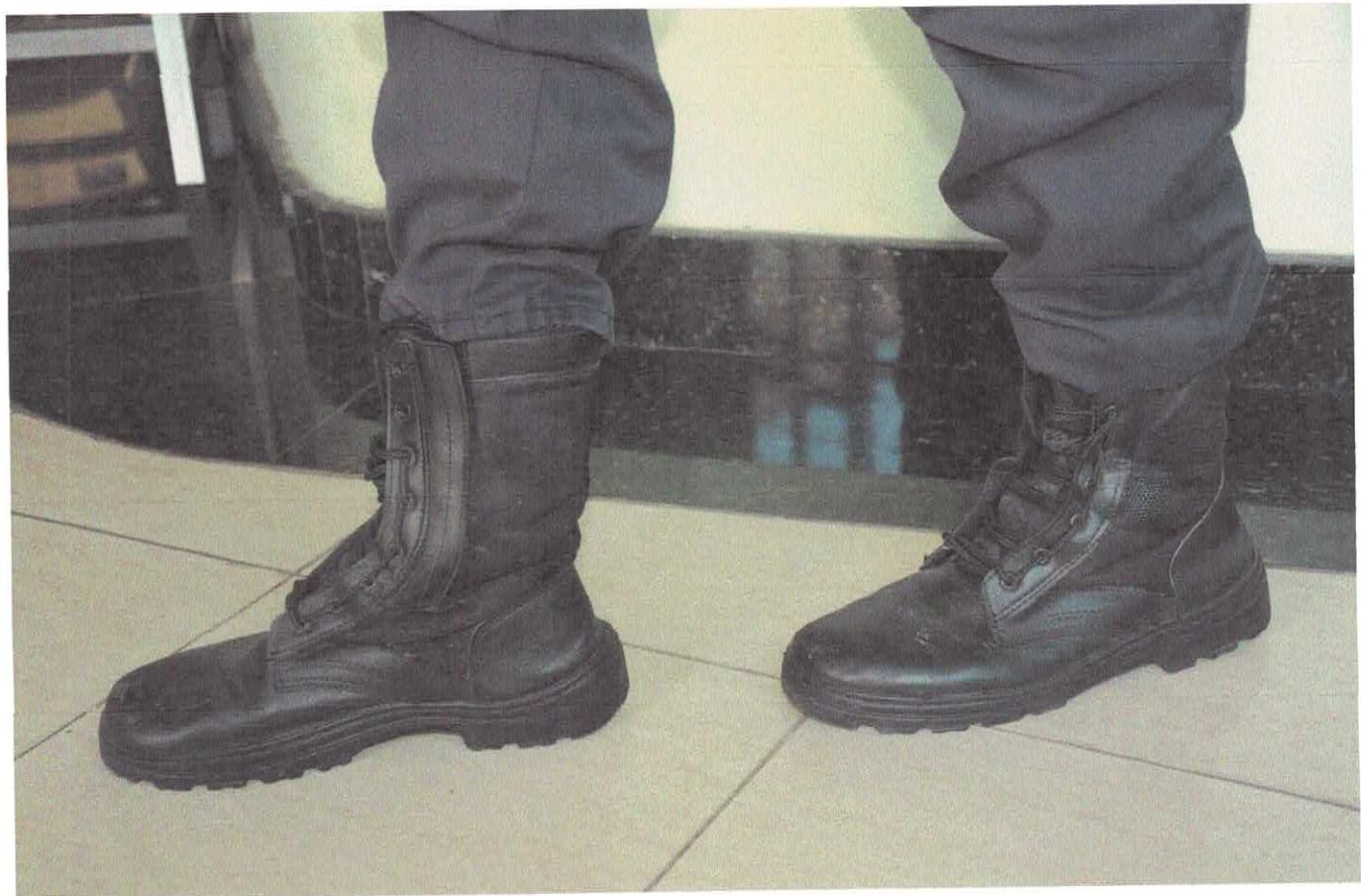
Fls 201



P.M.Q.

Processo n° 5649/19

Rubrica Fls 202



P.M.Q.
Processo n° 5649/19
Rubrica Alb Fls 203



P.M.Q.

Processo n° 5649/19

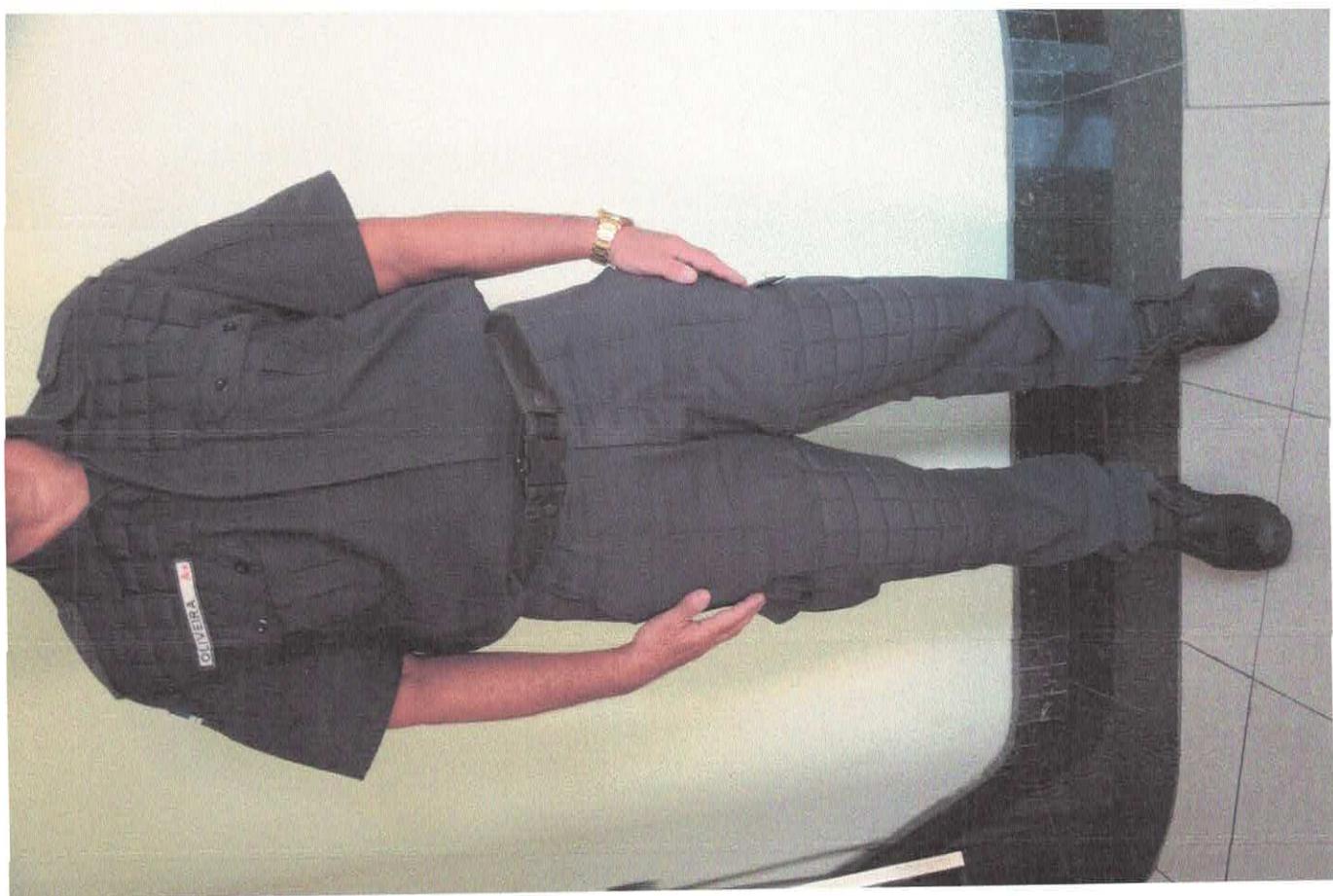
Rubrica H.D Fls 204



P.M.Q.
Processo nº 56.49/19
Rubrica AB Fls 105



P.M.Q.
Processo nº S649/19
Rubrica AM Fls. 206



P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica [Signature] Fls 207



J



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

Processo nº 5619/19
P.M.Q.

Rubrica [Signature] Fls 208

COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO II

(Descrição de Compra)



Solicitação: 002227/2019 Registro de Preço

Data Cadastro : 28/03/2019	Solicitação Grupo :	GRUPO	Comprador :	1703 - CARLOS.SOUZA
Centro de Custo: - ... -	Nº Processo:		Preço Estimado(R\$) :	310.085,85
Prioridade : - NORMAL			Modalidade de Compra: Licitação	
Custeio : -			Ficha Número: 55,63	
Finalidade : -				
Item	Produto	U.M.	Descrição	Qtde. Sol. Preço Estimado Valor Total
0001	048-23-0419-0	UNIDADE	Gandola manga curta e calca na cor azul marinho, em gabardini acetinado com tratamento idantron - tamanho 3	40,00 284,05 11.362,00
0002	048-23-0420-0	UNIDADE	Gandola manga curta e calca na cor azul marinho, em gabardini acetinado com tratamento idantron - tamanho 5	104,00 284,05 29.541,20
0003	048-23-0421-0	UNIDADE	Gandola manga curta e calca na cor azul marinho, em gabardini acetinado com tratamento idantron - tamanho 6	126,00 284,05 35.790,30
0004	048-23-0428-0	UNIDADE	Gandola manga comprida e calca camouflado em Rip Stop para Guarda Ambiental - tamanho 3	4,00 306,08 1.224,32
0005	048-23-0429-0	UNIDADE	Gandola manga comprida e calca camouflado em Rip Stop para Guarda Ambiental - tamanho 5	6,00 306,08 1.836,48
0006	048-23-0430-0	UNIDADE	Gandola manga comprida e calca camouflado em Rip Stop para Guarda Ambiental - tamanho 6	10,00 306,08 3.060,80
0007	048-23-0432-0	UNIDADE	Camisa careca manga curta em algodao na cor azul marinho com logo e nome bordado- tamanho G	60,00 59,98 3.598,80
0008	048-23-0433-0	UNIDADE	Camisa careca manga curta em algodao na cor azul marinho com logo e nome bordado- tamanho GG	90,00 59,98 5.398,20
0009	048-23-0431-0	UNIDADE	Camisa careca manga curta em algodao na cor azul marinho com logo e nome bordado- tamanho P	120,00 59,98 7.197,60
0010	048-23-0438-0	UNIDADE	Camisa careca manga curta em algodao na cor verde oliva com logo e nome bordado - tamanho G	8,00 59,98 479,84
0011	048-23-0439-0	UNIDADE	Camisa careca manga curta em algodao na cor verde oliva com logo e nome bordado - tamanho GG	12,00 59,98 719,76
0012	048-23-0437-0	UNIDADE	Camisa careca manga curta em algodao na cor verde oliva com logo e nome bordado - tamanho P	20,00 59,98 1.199,60
0013	048-23-0440-0	UNIDADE	Bone na cor preta com logo bordado - tamanho padrao	135,00 22,00 2.970,00
0014	048-23-0441-0	UNIDADE	Bone na cor camouflado com logo bordado - tamanho padrao	20,00 48,90 978,00
0015	048-23-0442-0	UNIDADE	Bone na cor branca com logo bordado - tamanho padrao	40,00 48,90 1.956,00
0016	048-23-0444-0	PAR	Boot na cor preta com ziper extra leve - tamanho 40	50,00 249,93 12.496,50
0017	048-23-0445-0	PAR	Boot na cor preta com ziper extra leve - tamanho 41	50,00 249,93 12.496,50
0018	048-23-0446-0	PAR	Boot na cor preta com ziper extra leve - tamanho 42	10,00 249,93 2.499,30
0019	048-23-0447-0	PAR	Boot na cor preta com ziper extra leve - tamanho 44	10,00 249,93 2.499,30
0020	048-23-0448-0	PAR	Boot na cor preta impermeavel e anti-chamas - Tamanho 40	10,00 545,13 5.451,30
0021	048-23-0449-0	PAR	Boot na cor preta impermeavel e anti-chamas - Tamanho 41	4,00 545,13 2.180,52
0022	048-23-0450-0	PAR	Boot na cor preta impermeavel e anti-chamas - Tamanho 42	4,00 545,13 2.180,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Sistema de Controle de Compras
Emissão de Solicitações

P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica PA Fls 210

Página: 0002

0023	048-23-0451-0	PAR	Boot na cor preta impermeavel e anti-chamas - Tamanho 44	2,00	545,13	1.090,26
0024	048-23-0455-0	UNIDADE	Kit com 04 tarjas (Brasao Estado, Brasao Municipio da GCMQ Ambiental e tarjeta uniforme com tipo sanguineo)	20,00	66,25	1.325,00
0025	048-23-0454-0	UNIDADE	Kit com 04 tarjas (Brasao Estado, Brasao Municipio da GCMQ e tarjeta uniforme com tipo sanguineo)	270,00	66,25	17.887,50
0026	048-23-0755-0	UNIDADE	Jaqueta tipo Japona confeccionada em naión embrorrachado, na cor azul, forração termica em manta acrilica, fechamento frontal em ziper	135,00	260,40	35.154,00
0027	048-23-0780-0	UNIDADE	Cinto liso tatico militar ostensivo fivelas metal, fabricado em nylon 1680 Denier de alta resistencia, na cor preta, com tratamento hidrorepelente e garantia contra desbotamento, com, no maximo, 5 (cinco) centimetros de largura	135,00	37,70	5.089,50
0028	048-23-0781-0	UNIDADE	Cinto liso tatico militar ostensivo fivelas metal, fabricado em nylon 1680 Denier de alta resistencia, na cor branca, com tratamento hidrorepelente e garantia contra desbotamento, com, no maximo, 5 (cinco) centimetros de largura.	20,00	37,70	754,00
0029	048-23-0783-0	UNIDADE	Tonfa com Porta-tonfa, confecccionada em bastao tradicional, anti tumulto, 60 cm de comprimento	135,00	134,23	18.121,05
0030	048-23-0787-0	UNIDADE	Fiel trancado para apito, na cor preta, confeccionado em poliuretano. A parte superior do fiel deve possuir acabamento trancado e possuir 2 saidas com um mosquetao em cada uma.	135,00	30,55	4.124,25
0031	048-23-0788-0	UNIDADE	Fiel trancado para apito, na cor branca, confeccionado em poliuretano. A parte superior do fiel deve possuir acabamento trancado e possuir 2 saidas com um mosquetao em cada uma.	40,00	30,55	1.222,00
0032	048-23-0789-0	UNIDADE	Capa de chuva confeccionada em tela sintetica revestida em PVC (embrorrhachada). Tamanho longo. Impermeavel. Capuz conjugado. Forrada internamente. Fechamento frontal atraves de botoes de pressao. Cor transparente com faixa refletiva	135,00	194,24	26.222,40
0033	048-23-0784-0	UNIDADE	Porta algemas, fabricado em polimero, kydex, ou material laminado rígido com revestimento em couro, de alta resistencia, na cor preta. O passador de cinto deve ser tipo Paddle, fabricado em polimero, Kydex ou material laminado rígido com revestimento em couro, de alta resistencia, que permita o engate rápido ao cinto	135,00	77,04	10.400,40
0034	049-12-0033-0	UNIDADE	Algemas de aço, fabricado em aço A36, dentes e catracas fresadas e usinadas, fechaduras em aço 1020 cementada com triplo dente com dureza resistente a lima, catraca com triplo dente, destocadores em aço 1020, super trava de segurança, distância entre as algemas 4 cm, abertura máxima 75 mm, abertura mínima 55 mm, exclusivo sistema de bloqueio de fechadura, 2 chaves em aço, peso 350 gr. Resistência a tração 227 KGF	135,00	165,00	22.275,00
0035	048-14-0821-0	UNIDADE	Apito profissional trinado em metal sem bolinha, estilo flauta. Emite três sons ao mesmo	135,00	48,49	6.546,15

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Sistema de Controle de Compras
Emissão de Solicitações

P.M.Q.
Processo nº SG49/19
Rubrica Hb Fls 911

Página: 0003

0036	048-27-0005-0	UNIDADE	tempo: agudo, medio e grave. Possui biqueira de borracha. Medidas aproximadas: 10,5 cm x 2,5 cm Bornal tatico militar, confeccionado na cor preto	135,00	72,90	9.841,50
0037	048-27-0006-0	UNIDADE	Bornal tatico militar, confeccionado na cor branco	40,00	72,90	2.916,00

Anexo:

Elaborado por:

Controle Gerencial - Suprimentos

Secretário

Solicitante

4 - Gabinete Prefeito





COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO III

(Modelo de Credenciamento)

(local), ____ de ____ de 2019

À

Prefeitura Municipal de Quissamã
Comissão de Pregão

REF.: Credenciamento Pregão nº 171/2019.

Prezados Senhores

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ nº ____, no Pregão nº 171/2019, a ser realizada em ____/____/____, nesse Município, às ____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lance de preços, prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los.

Atenciosamente,

Assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

- 1 – A carta de Credenciamento deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa, assinada pelo seu representante legal, com poderes para constituir mandatário e COM FIRMA RECONHECIDA DO REPRESENTANTE LEGAL;
- 2 – Esta Carta deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta e Preços ou de Habilitação).





COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO IV

(Modelo da Declaração de Atendimento aos Requisitos de habilitação)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO nº 171/2019

A.....(empresa licitante), com sede na....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº , para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, DECLARA que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação da licitação na modalidade Pregão nº 171/2019.

Local, em ____ de ____ de ____.

(representante legal)

Observações:

- 1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.
- 2 – Esta Declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes (Proposta de Preços ou de Habilitação).



COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO V

(Modelo da Declaração relativa ao trabalho de menores)

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº 171/2019

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

(Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante; se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição).



COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI

Ref.: PREGÃO Nº 171/2019 - PMQ RJ

, com (razão social da empresa) sede na _____ (endereço), inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP-MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal)





República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ Processo nº

P.M.Q.

5649/19

Rubrica

 Fls 216

COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO VII

(PROPOSTA DE PREÇOS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMA

DESCRICAÇÃO	PRODUTO	ITEM	QUANTIDADE	UN	VALOR UNITARIO	MARCA	TOTAL	TOTAL POR LOTE
Lote: 1 Gandola manga curta e calça na cor azul marinho, em gabardini acetinado com tratamento idantren - tamanho 3	048.23.0419	1	40,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 2 Gandola manga curta e calça na cor azul marinho, em gabardini acetinado com tratamento idantren - tamanho 5	048.23.0420	2	104,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 3 Gandola manga curta e calça na cor azul marinho, em gabardini acetinado com tratamento idantren - tamanho 6	048.23.0421	3	126,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 4 Gandola manga comprida e calça camuflado em Rip Stop para Guarda Ambiental - tamanho 3	048.23.0428	4	4,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 5 Gandola manga comprida e calça camuflado em Rip Stop para Guarda Ambiental - tamanho 5	048.23.0429	5	6,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 6 Gandola manga comprida e calça camuflado em Rip Stop para Guarda Ambiental - tamanho 6	048.23.0430	6	10,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 7 Camisa careca manga curta em algodão na cor azul marinho com logo e nome bordado - tamanho 6	048.23.0432	7	60,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 8 Camisa careca manga curta em algodão na cor azul marinho com logo e nome bordado - tamanho GG	048.23.0433	8	90,00	UNIDADE	0,00		0,00	0,00
Lote: 9								

P.M.Q.
Processo n° 5649/19
Rubrica AB Fis 217

✓

Camisa careca manga curta em algodão na cor azul marinho com logo e nome bordado - tamanho P	048.23.0431	9	120,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 10 Camisa careca manga curta em algodão na cor verde oliva com logo e nome bordado - tamanho G	048.23.0438	10	8,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 11 Camisa careca manga curta em algodão na cor verde oliva com logo e nome bordado - tamanho GG	048.23.0439	11	12,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 12 Camisa careca manga curta em algodão na cor verde oliva com logo e nome bordado - tamanho P	048.23.0437	12	20,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 13 Boné na cor preta com logo bordado - tamanho padrão	048.23.0440	13	135,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 14 Boné na cor camuflado com logo bordado - tamanho padrão	048.23.0441	14	20,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 15 Boné na cor branca com logo bordado - tamanho padrão	048.23.0442	15	40,00 UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 16 Boné na cor preta com zíper extra leve - tamanho 40	048.23.0444	16	50,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 17 Boot na cor preta com zíper extra leve - tamanho 41	048.23.0445	17	50,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 18 Boot na cor preta com zíper extra leve - tamanho 42	048.23.0446	18	10,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 19 Boot na cor preta com zíper extra leve - tamanho 44	048.23.0447	19	10,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 20 Boot na cor preta impermeável e anti-chamas - Tamanho 40	048.23.0448	20	10,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 21 Boot na cor preta impermeável e anti-chamas - Tamanho 41	048.23.0449	21	4,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 22 Boot na cor preta impermeável e anti-chamas - Tamanho 42	048.23.0450	22	4,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 23 Boot na cor preta impermeável e anti-chamas - Tamanho 44	048.23.0451	23	2,00 PAR	0,00	0,00
Lote: 24 Kit com 04 tarjas (Brasão Estado, Brasão Município da GCMQ Ambiental e tarjeta uniforme com tipo sanguíneo)	048.23.0455	24	20,00 UNIDADE	0,00	0,00

P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica ADM Fls 218

Lote: 25	Kit com 04 tarijas (Brasão Estado, Brasão Município da GCMQ e tarjeta uniforme com tipo sanguíneo)	048.23.0454	25	270,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 26	Jaqueta tipo Japona confeccionada em náilon emborrachado, na cor azul, forração térmica em manta acrílica, fechamento frontal em zíper	048.23.0755	26	135,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 27	Cinto liso tático militar ostensivo fivelas metal, fabricado em nylon 1680 Denier de alta resistência, na cor preta, com tratamento hidrorepelente e garantia contra desbotamento, com, no máximo, 5 (cinco) centímetros de largura	048.23.0780	27	135,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 28	Cinto liso tático militar ostensivo fivelas metal, fabricado em nylon 1680 Denier de alta resistência, na cor branca, com tratamento hidrorepelente e garantia contra desbotamento, com, no máximo, 5 (cinco) centímetros de largura.	048.23.0781	28	20,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 29	Tonfa com Porta-tonfa, confeccionada em bastão tradicional, anti tumulto, 60 cm de comprimento	048.23.0783	29	135,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 30	Fiel trançado para apito, na cor preta, confeccionado em poliuretano. A parte superior do fiel deve possuir acabamento trançado e possuir 2 saídas com um mosquetão em cada uma.	048.23.0787	30	135,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 31	Fiel trançado para apito, na cor branca, confeccionado em poliuretano. A parte superior do fiel deve possuir acabamento trançado e possuir 2 saídas com um mosquetão em cada uma.	048.23.0788	31	40,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 32	Capa de chuva confeccionada em tela sintética revestida em PVC (emborrachada). Tamanho longo. Impermeável. Capuz conjugado. Forrada internamente. Fechamento frontal através de botões de pressão. Cor transparente com faixa refletiva	048.23.0789	32	135,00	UNIDADE	0,00	0,00
Lote: 33	Porta algemas, fabricado em polímero, kydex, ou material laminado rígido com revestimento em couro, de alta resistência, na cor preta. O passador de cinto deve ser tipo Paddle, fabricado em polímero, Kydex ou material laminado rígido com revestimento em couro, de alta resistência, que permita o engate rápido ao cinto	048.23.0784	33	135,00	UNIDADE	0,00	0,00

P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica BAB Fls 219

34

Algemas de aço, fabricado em aço A36, dentes e catraca fresadas e usinadas, fechaduras em aço 1020 cimentada com triplo dente com durza resistente a lima, catraca com triplo dente, deslocadores em aço 1020, super trava de segurança, distância entre-as algemas 4 cm, abertura máxima 75 mm, abertura mínima 55 mm, exclusivo sistema de bloqueio de fechadura, 2 chaves em aço, peso 350 gr. Resistência a tração 227 KGF

Lote: 34 Algemas de aço, fabricado em aço A36, dentes e catraca fresadas e usinadas, fechaduras em aço 1020 cimentada com triplo dente com durza resistente a lima, catraca com triplo dente, deslocadores em aço 1020, super trava de segurança, distância entre-as algemas 4 cm, abertura máxima 75 mm, abertura mínima 55 mm, 049.12.00033 0,00 0,00 0,00 0,00

Lote: 35 Apito profissional trinado em metal sem bolinha, estilo flauta. Emite três sons ao mesmo tempo: agudo, médio e grave. Possui biqueira de borracha. Medidas aproximadas: 10,5 cm x 2,5 cm 048.14.0821 35 135,00 UNIDADE 0,00 0,00 0,00 0,00

Lote: 36 Bornal tático militar, confeccionado na cor preto 048.27.0005 36 135,00 UNIDADE 0,00 0,00 0,00 0,00

Lote: 37 Bornal tático militar, confeccionado na cor branco 048.27.0006 37 40,00 UNIDADE 0,00 0,00 0,00 0,00

TOTAL DA PROPOSTA

0,00

P.M.Q.
Processo n° 5649/19
Rubrica AN Fls 220



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

Processo nº P.M.Q.
5649/19

Rubrica *[Signature]* Fls 221

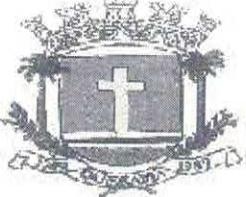
COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Prefeitura Municipal de Quissamã

R. Conde de Araruama, 425 – Quissamã- Rio de Janeiro – RJ

MINUTA

Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019

Aos ____ dias do mês de _____ de 2019, autorizado pelo processo nº 5649/2019 de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019, solicitação nº 2227/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, que será regida pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, pelo Decreto Municipal nº 2425/2018, de 13 de março de 2018, pelo Decreto Municipal nº 1.882/2014, de 06 de maio de 2014 e suas alterações e pela Lei 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes e acessórios para atender aos 135 Guardas Municipais e Ambientais, referente ao efetivo total de Guardas Civis, conforme Termo de Referência que integra esta Ata de Registro de Preços.

1.1. Município de Quissamã, pessoa jurídica de direito público, com sede – Prefeitura Municipal de Quissamã, situada à Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro, Quissamã/RJ, CEP: 28.735-000, inscrito no CNPJ sob o nº 31.505.027/0001-60, representado neste ato pelo Coordenador Especial de Segurança Pública e Trânsito, Sr. Janderson Barreto Chagas e pelo Chefe de Gabinete da Prefeita, Sr. Luciano de Almeida Lourenço;

1.2. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa _____ com sede na Rua _____, CEP: _____, e inscrita no CNPJ sob nº _____, representado por _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF/MF sob o nº. _____, a saber:

1.3. O Município efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito, a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, com indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa.

9

1.4. Os materiais serão solicitados com antecedência para que possam ser entregues nas quantidades, local e horários pré estabelecidos na ordem de fornecimento.

1.5. O preço de R\$ _____ (_____) será pago mediante entrega realizada e conferida, quanto à qualidade dos materiais, à base dos preços unitários do item apresentado na proposta final, e mediante a apresentação da Nota Fiscal, informando a modalidade e número da licitação, número do empenho e dados bancários, acompanhados das provas de regularidade com a Previdência Social – INSS e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

1.6. O presente registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.6.1. O prazo para entrega dos materiais será de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho.

1.6.2. A entrega dos materiais ocorrerá no Almoxarifado da PMQ, localizado à Rua Barão de Monte Cedro, s/n, Centro, Quissamã/RJ, no horário de 08:00h às 11:30h e de 13:30h às 16:00h, de segunda a quinta-feira e na sexta-feira de 08:00 às 11:30h.

1.7. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.

1.8. Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra de equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

1.9. Os materiais serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

1.10. As despesas decorrentes da aquisição dos materiais, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

F.P.: 18.001.001.06.122.0029;

C.E.: 3390.30 e 4490.52;

FICHAS: 55 e 63.

1.11. Este instrumento de registro de preços não obriga o Município a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, art. 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.12. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a fornecedora às sanções previstas no item 18 do edital.

1.13. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos Artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

1.14. A rescisão do termo, por inexecução total ou parcial, dar-se-á nas hipóteses dos Arts. 77 e 78, da Lei 8.666/93. A parte infratora sujeitar-se-á ao pagamento de multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor dado como preço do fornecimento, e indenização das perdas e danos, se ocasionados. A rescisão amigável dar-se-á, nos termos do Art. 79, Inciso II, da Lei 8.666/93.

1.15. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2019.

1.16. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, as propostas apresentadas pelas adjudicatárias.

1.17. Cumprir fielmente as determinações constantes na Ata de Registro de Preços nº _____/2019, e seus anexos, de sua Proposta, bem como a legislação a que se subordina o presente ajuste.

1.18. Responder por todos os ônus, encargos e obrigações, comerciais, fiscais, tributárias e trabalhistas e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, venha a causar a terceiros, em virtude do fornecimento ou serviço, respondendo por si e por seus sucessores.

2. - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

2.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições desta Ata de Registro de Preços, a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará a contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art.86,87e 88 da Lei Federal nº8.666/ 93, bem como no que

couber, as seguintes sanções.

2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil que exceder o prazo de fornecimento, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

2.3. Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

2.4. As multas moratórias e administrativa poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO rescinda, unilateralmente, a Ata de registro de Preço e aplique as demais sanções legais cabíveis.

2.5. As multas administrativa e moratórias serão descontadas dos pagamentos eventualmente, devidos pela administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art.86 da Lei Federal nº 8.666/93.

2.6. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da COORDENADORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais comunicações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2.7. A licitante que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art.7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de contratar com a administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais comunicações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

3. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o Edital do Pregão Presencial Nº 171/2019, o anexo I – relação dos itens, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

3.1. Ficam designados como Gestor da presente Ata de Registro de Preços o (a) Sr. (ª) _____, e como Fiscal o (a) Sr.(ª) _____, os quais deverão exercer ampla, irrestrita e

permanente fiscalização da execução dos serviços contratados, nos termos e atribuições do Decreto n.º 200/2002 e do Art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/93 e as desta Ata, sem prejuízo da Coordenadoria Especial de Segurança Pública e Trânsito fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.2. Fica eleito o foro da Comarca de Carapebus – Quissamã / RJ, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

3.3. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Quissamã (RJ), _____ de _____ de 2019.

MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ
Janderson Barreto Chagas
Coordenador Especial de Segurança
Pública e Trânsito

MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ
Luciano de Almeida Lourenço
Chefe de Gabinete da Prefeita

CNPJ: _____

CIENTES:

Gestor: _____

Fiscal: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

P.M.Q.
Processo nº 5649/19
Rubrica Hd Fls 227

Minuta Ata de Registro de Preços nº ____ /2019

J